

Educação e diversidade no contexto das escolas pública de Manaus

Education and diversity in the context of public schools in Manaus

Educación y diversidad en el contexto de las escuelas públicas de Manaus

Recebido: 23/05/2024 | Revisado: 03/06/2024 | Aceitado: 05/06/2024 | Publicado: 08/06/2024

Regilson Gomes Guedes

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8535-3046>

Universidad de La Integración de Las Américas, Paraguay

E-mail: regilson.g2014@gmail.com

Resumo

Na atualidade a educação dentro do contexto da adversidade ainda é um desafio para as escolas públicas, nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é investigar sobre a educação e diversidade no contexto das escolas públicas de Manaus. E tem como objetivos específicos: Analisar a existência ou não das políticas sobre a diversidade nas escolas públicas de ensino médio de Manaus; destacar as práticas das políticas de inclusão dos LGBTQIA+ dentro do contexto escolar; verificar se os professores receberam alguma capacitação sobre identidade de gênero e sexualidade durante seu período de formação acadêmica e profissional. Metodologia, trata-se de uma pesquisa de campo. O estudo mostrou que os professores têm dificuldades de colocar em prática as políticas de inclusão dos LGBTQIA+ dentro do contexto escolar, restando claro, em suas falas, que o sistema educacional do estado do Amazonas padece de capacitação e informações sobre as formas de debater os assuntos relacionados a identidade de gênero e sexualidade no ambiente escolar, sem se deparar com conflitos, principalmente vindo do núcleo familiar dos alunos. Entretanto, mesmo sem esse aporte necessário para possibilitar o aprofundamento das temáticas no espaço escolar, alguns professores demonstram trabalhar a questão identidade de gênero e a da diversidade sexual de algum modo, mantendo assim a inclusão dos alunos. Todavia, alguns relataram não se sentir confortável em tratar esses conteúdos, para eles são temas complicados de se trabalhar em sala de aula, e que se sentiriam mais confortáveis se dispusessem de uma capacitação para se trabalhar tal temática.

Palavras-chave: Educação; Ensino; LGBTQIA+; Professores.

Abstract

Currently, education within the context of adversity is still a challenge for public schools, in this sense, the general objective of this study is to investigate education and diversity in the context of public schools in Manaus. And its specific objectives are: Analyze the existence or not of policies on diversity in public high schools in Manaus; highlight the practice of LGBTQIA+ inclusion policies within the school context; verify whether teachers received any training on gender identity and sexuality during their academic and professional training period. Methodology, this is field research. The study showed that teachers have difficulty putting LGBTQIA+ inclusion policies into practice within the school context, making it clear from their statements that the educational system in the state of Amazonas lacks training and information on ways to debate issues related to gender identity and sexuality in the school environment, without encountering conflicts, mainly coming from the students' family nucleus. However, even without this necessary support to enable the deepening of themes in the school space, some teachers demonstrate that they work on the issue of gender identity and sexual diversity in some way, thus maintaining the inclusion of students. However, some reported that they did not feel comfortable dealing with these contents, for them these are complicated topics to work on in the classroom, and that they would feel more comfortable if they had training to work on this topic.

Keywords: Education; Teaching; LGBTQIA+; Teachers.

Resumen

Actualmente, la educación en el contexto de adversidad sigue siendo un desafío para las escuelas públicas, en este sentido, el objetivo general de este estudio es investigar la educación y la diversidad en el contexto de las escuelas públicas de Manaus. Y sus objetivos específicos son: Analizar la existencia o no de políticas sobre diversidad en las escuelas secundarias públicas de Manaus; resaltar la práctica de políticas de inclusión LGBTQIA+ en el contexto escolar; verificar si los docentes recibieron alguna capacitación sobre identidad de género y sexualidad durante su período de formación académica y profesional. Metodología, se trata de una investigación de campo. El estudio mostró que los docentes tienen dificultades para poner en práctica políticas de inclusión LGBTQIA+ en el contexto escolar, dejando claro en sus declaraciones que el sistema educativo en el estado de Amazonas carece de capacitación e información sobre formas de debatir temas relacionados con la identidad de género y la sexualidad en el ambiente escolar, sin encontrar conflictos, provenientes principalmente del núcleo familiar de los estudiantes. Sin embargo,

incluso sin ese apoyo necesario para posibilitar la profundización de las temáticas en el espacio escolar, algunos docentes demuestran que trabajan de alguna manera el tema de identidad de género y diversidad sexual, manteniendo así la inclusión de los estudiantes. Sin embargo, algunos informaron que no se sentían cómodos tratando estos contenidos, para ellos son temas complicados de trabajar en el aula, y que se sentirían más cómodos si tuvieran capacitación para trabajar este tema.

Palabras clave: Educación; Enseñanza; LGBTQIA+; Maestros.

1. Introdução

Esta pesquisa situou-se nas discussões sobre a interface entre o processo ascendente de afirmação das identidades de gênero e sexualidade – LGBTQIA+, de estudantes do ensino médio, e como a escola – seus agentes profissionais, seus projetos políticos pedagógicos e ações educativas – têm contribuído para a plena cidadania da inclusão e da diversidade. O trabalho ora proposto foi realizado na escola estadual Vasco Vasques, escola pública localizada na zona Leste da cidade de Manaus, no estado do Amazonas, Brasil.

A carga negativa assimilada no decorrer da vida sobre homossexualidade e identidade de gênero, nos âmbitos familiares, escolares e religiosos, produz e reproduz formas de preconceito sociais, que têm como consequência a exclusão, a negação social e individual de identidades. A imposição de padronagens cis- heteronormativas é a mola propulsora da formação de uma sociedade violenta que coloca os agentes LGBTQIA+ numa posição de resistência e de enfrentamento (Pereira, 2021).

Para Taylor (1998) considera que estes processos discriminatórios excludentes influenciam para formação problemática de caráter em agentes LGBTQIA+, alvos de uma hierarquização produtora de dor e sofrimento. Esta pesquisa, desenvolvida na cidade de Manaus, teve, portanto, o compromisso com a superação do estigma e da intolerância que marcam o tecido social desta cidade observados em práticas sociais e ordenamentos políticos.

Portanto, na atualidade é de extrema importância tratar as questões de identidade de gênero e sexualidade no campo da ciência da educação, visto que há diversas formas de violência simbólica, moral e física (Pereira, 2021) das quais são alvo as pessoas LGBTQIA+ no cotidiano dos espaços privados e públicos, dentre os locais onde se observa o preconceito patente. Considerando que a ausência de reconhecimento e de práticas discriminatórias fazem parte da estrutura da sociedade, e que a ciência possui como fundamento estabelecer limites e critérios de análise da realidade, esta pesquisa elegeu o campo educacional como espaço privilegiado de estudo sobre diversidade LGBTQIA+ por meio de uma experiência fenomenológica em uma escola estadual da zona Leste de Manaus.

Neste particular, aliás, entende-se que a escola deve ser um ambiente que adequado para desconstruir os preconceitos e fazer com que os agentes sociais inseridos neste meio possam assumir suas identidades, sejam elas negra, indígena, estrangeira ou LGBTQIA+, possibilitando a estes agentes acesso e permanência com igualdade de tratamento, pois a escola tem o papel de ser a promotora do ethos da inclusão social e do respeito a diversidade.

Diante do exposto o objetivo geral deste estudo é investigar sobre a educação e diversidade no contexto de uma escola pública de Manaus. E tem como objetivos específicos: Analisar a existência ou não das políticas sobre a diversidade nas escolas públicas de ensino médio de Manaus; destacar as práticas das políticas de inclusão dos LGBTQIA+ dentro do contexto escolar; verificar se os professores da escola estadual Vasco Vasques receberam alguma capacitação sobre identidade de gênero e sexualidade durante seu período de formação acadêmica e profissional.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de campo de cunho qualitativa, assim, segundo Gil (2008), a pesquisa de campo, procura o investigar uma realidade específica. Através de uma observação direta de atividades de um determinado grupo estudado e que

poderá ser entrevistado para a captação de dados. Assim, para obter os dados para este estudo foi realizada a coleta de dados dos professores da escola estadual Vasco Vasques, no período de outubro de 2021 a dezembro 2021.

Reforça-se que a escola é composta por uma população de 63 professores do ensino médio de diversas áreas do conhecimento, amostra contou com a colaboração de 05 (cinco) professores efetivos da SEDUC.

Destaca-se que os dados da pesquisa foram coletados por meio de uma entrevista contendo 13 questões com um roteiro semiestruturado, que combinou com perguntas fechadas e abertas, ou seja, deram-se não somente por perguntas elaboradas, mas, principalmente pelos discursos dos entrevistados, de forma que a partir de cada discurso novas questões foram trazidas para aprofundamento da investigação. A aplicação deste questionário foi via Meet para os sujeitos da pesquisa.

Os dados resultantes do presente estudo foram apresentados em forma de gráficos e analisados e apresentados também em forma textual, momento em que ficaram consignados os dados obtidos a partir da aplicação das entrevistas anotadas. Os dados obtidos passaram por uma análise profunda, para que assim a pesquisador pudesse demonstrar resultados qualitativos do contexto real da escola.

3. Resultados e Discussão

Com o objetivo de responder as questões propostas por este estudo e visando sistematizar os dados coletados em todo percurso da pesquisa, utilizou-se a obtenção de material por meio de entrevistas direcionadas aos agentes sociais protagonistas deste estudo. Assim, afim de investigar sobre a existência ou não das políticas sobre a diversidade nas escolas públicas de ensino médio de Manaus, foi questionado aos professores se haviam políticas pedagógicas implementadas na SEDUC voltadas para a questão de gênero e sexualidade, as respostas foram:

“Muito pouco, não há um processo de divulgação na SEDUC, tudo é restrito e pouco divulgado, acho que a gente tem que buscar mais, por exemplo, sobre a questão de negros e negras, falaram de um programa que eu nunca ouvi falar, então só sei que tem um programa que trata das questões LGBTQIA+ dentro da SEDUC, mas que não é divulgado. Porque penso que a SEDUC tem medo de divulgar esses assuntos, porque existe uma força conservadora dentro do estado” (Entrevistado, A1).

A partir da fala do entrevistado A1, é possível entender que existe um programa para tratar das questões LGBTQIA+ presente na SEDUC, todavia é restrito e tem pouca divulgação sobre o assunto, o entrevistado acrescenta, ainda, que isso se dá pela existência de uma força conservadora presente no sistema educacional do Estado do Amazonas. Sobre as formas de abordagem dos conteúdos, o entrevistado A2 mencionou que:

“No contexto escolar, é difícil a gente trabalhar de forma formal tais assuntos, das políticas vamos colocar assim, de colocar essa políticas em prática em sala de aula, voltadas para a inclusão dos LGBT na escola, ainda há um certo receio de se trabalhar essas questões dentro da ambiente escolar, porque da parte do governo do estado não está tão explícita de que forma debater esses assuntos em sala de aula, para que não haja conflitos principalmente por parte da família a respeito de tratar assuntos relacionado a sexualidade com os alunos” (Entrevistado, A2).

O entrevistado A2 revela em sua fala a dificuldade de colocar em prática as políticas de inclusão dos LGBT dentro do contexto escolar, de acordo com o mesmo, o sistema educacional do estado do Amazonas padece de capacitação e informações sobre as formas de debater os assuntos relacionados à identidade de gênero e sexualidade no ambiente escolar, sem se deparar com conflitos, principalmente vindo do núcleo familiar dos alunos. Assim, é necessário que haja maior interesse por parte dos profissionais que atuam na Educação, afim de desenvolver sua própria participação e coragem política, tendo em vista a função

social da profissão e do campo educacional, com o intuito de encontrar maneiras pedagógicas de estimular o debate, o respeito, a promoção e a reflexão crítica sobre as temáticas de gênero e sexualidades nas escolas (Lopes & Moresco, 2022). Sobre a inexistência da pauta LGBTQIA+ na escola, o entrevistado A3 revela que:

“Desde que eu fui estudante, tornei-me professor, nunca vi nenhum tipo de ação dentro de uma escola voltada para a população LGBTQIA+. Infelizmente, como eu costumo dizer, a família não está preparada para receber um filho LGTB e infelizmente a escola também não, e conseqüentemente a sociedade” (entrevistado, A3).

O interlocutor revela um contexto histórico desde sua participação como estudante ao protagonismo como docente, deixando evidente que, em nenhum destes marcos temporais, ocorreu quaisquer tipos de ação voltada para atender a população LGBTQIA+. Segundo Fraser (2006) associa a luta por reconhecimento com as desigualdades sociais e as perspectivas das reivindicações dos movimentos identitários, associadas ao gênero, raça e sexualidade, isto é, relaciona as identidades de grupos específicos.

Ressalta-se, neste particular, que mais uma vez a categoria família aparece nos discursos dos entrevistados, só que dessa vez em uma perspectiva de uma não preparação para o acolhimento das identidades LGBTQIA+ no contexto familiar, isto é, para o interlocutor nem a família, a escola e a sociedade estão preparadas para acolher a população LGBTQIA+. Neste contexto, De Jesus e Da Silva (2023, p. 9) afirmam que “embora não conste na Base Nacional um currículo específico para a Educação Sexual ou identidade sexual/de gênero, o assunto pode ser aplicado no âmbito dos Direitos Humanos e algumas “entrelinhas” das competências em ensino de ciências”. Sobre o assunto, a entrevistada A4 aponta que:

“Não nunca chegou nada de informação, ou documento que seja claro referente a esses grupos, então a gente vai convivendo conforme a nossa experiência de vida, vai discutindo, debatendo, protegendo de acordo com nossa experiência de vida, mas se tem um documento próprio, bonito, nem que seja biblioteca ou na pedagogia, ao meu ver e ao meu saber não” (Entrevistada, A4).

“Seria interessante a escola verificar as agendas dos assuntos LGBT, como por exemplo no dia do orgulho LGBT, promovesse um dia de debate e palestras para os servidores e alunos, e no dia fossem distribuídos materiais informativos, utilizasse diversas formas de divulgação do assunto. Mas, infelizmente não existe isso, nos meus anos de profissão eu nunca vi uma ação dessa na escola” (Entrevistado, A1).

Segundo a narrativa dos entrevistados, durante a sua atuação como docente nunca se depararam com quaisquer informações ou documentos claros voltados para atendimento de direitos da população LGBTQIA+ presentes na escola. Assim para De Medeiros e De Oliveira (2021, p. 4), no âmbito da educação sistemática brasileira, documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e a Base Nacional Curricular Comum, tem como objetivo auxiliar educadores a promover uma educação baseada principalmente nos direitos e deveres e na cidadania plena, contudo, o autor conclui que “alguns temas são esquecidos ou escamoteados da práxis pedagógica [...], como é o caso dos temas transversais em relação ao trabalho com Educação sexual, suas diretrizes são nitidamente vagas, e não contemplam a relevância da abordagem”.

A entrevistada A4 relata ainda que se propõe a debater e proteger essas identidades de acordo com as suas experiências de vida. Relacionado às práticas pedagógicas sobre a diversidade sexual no contexto escolar, o entrevistado A5 revela o seguinte:

“Não existe nenhuma prática pedagógica voltada para o respeito à diversidade sexual, na prática que iria existir, é o que chamam que kit gay, que ia ser implementado, ou seja, a escola sem homofobia, esse era o nome real do programa, eu participei de diversos discussões, eu fui para Brasília, para Salvador, Belém, antes da implementação desse

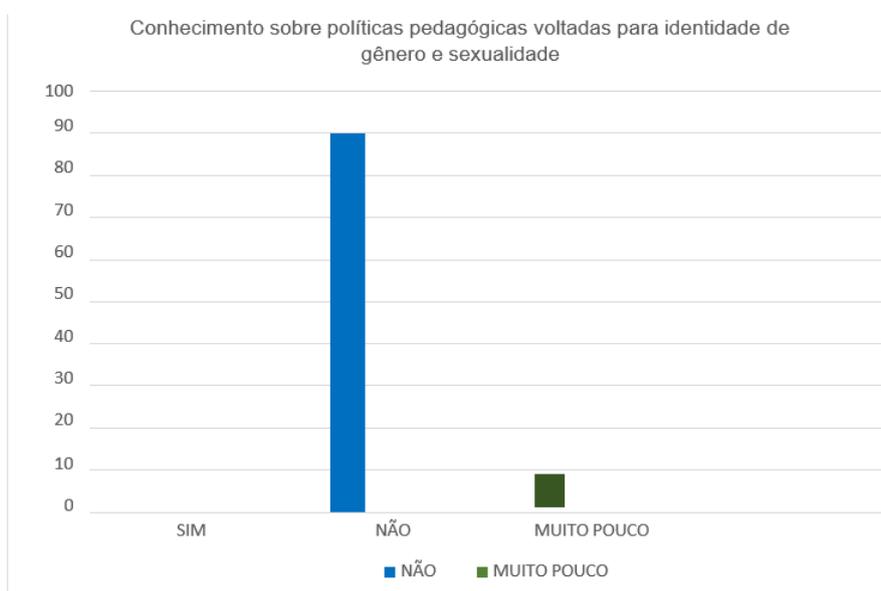
programa. (...) infelizmente as políticas públicas para a educação, hoje se tornaram políticas que não protegem e que não dão visibilidade aos alunos e alunas LGBTs. Eles tiveram alguns ganhos no governo do PT, do governo Lula até o governo Dilma, mas foi no governo Dilma que a bancada evangélica parou a implementação do projeto escola sem homofobia, para os professores trabalharem com alunos de ensino médio, ninguém ia trabalhar com criança o projeto” (Entrevistado, A5).

O entrevistado A5 afirma que não existe nenhuma política pedagógica voltada para o respeito a diversidade na escola, o mais perto que chegou foi a discussão da implementação do Programa Escola Sem Homofobia (PESH), mas que logo foi vetado pela bancada evangélica com *fake news* de que a proposta do programa era que as escolas públicas brasileiras distribuíssem um livro para crianças sobre sexualidade, denominado de “*kit gay*”.

Assim, Cêa e Santos (2021, p.9), dizem que, “Indiretamente, o veto legitimou a desqualificação conservadora dos materiais de apoio do PESH e fortaleceu a difusão do chavão “*kit gay*”, irradiando para amplas parcelas da sociedade argumentos arquitetados na esteira da LGBTfobia. Isso indica, entre outros aspectos, que a luta por hegemonia da agenda anti-homofobia demanda constante renovação”. O interlocutor aponta, ainda, que sobre a questão da identidade de gênero, sexualidade e diversidade na educação brasileira, começaram se fortalecer no governo de Lula e Dilma, e que foi no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) que a diversidade passa a entrar na pauta das políticas públicas educacionais nacionais.

Sobre o conhecimento e implementação das políticas pedagógicas voltadas para identidade de gênero e sexualidade na SEDUC, dos 5 professores entrevistados, quatro responderam que não existiam, e apenas um respondeu que sim, mas com pouca densidade. Assim, como demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Conhecimento sobre políticas pedagógicas voltadas para identidade de gênero e sexualidade.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Dessa forma, levando em consideração as respostas obtidas quanto ao conhecimento sobre políticas pedagógicas voltadas para identidade de gênero e sexualidade, mostrou que nenhum dos entrevistados, ao longo de suas carreiras, participou de quaisquer ações que se tratasse dessas temáticas. Relacionado a esta questão o entrevistado A1 elucida ainda que sente:

“(..) falta de um contexto para trabalhar a questão LGBTQIA+ na escola, não se pode abordar essas questões do nada, necessita de contexto e um espaço para que esses conteúdos sejam trabalhados. É importante falar sobre as políticas públicas relacionada aos direitos da população LGBTQIA+” (Entrevistado, A1).

Portanto, torna-se necessário fazer uma avaliação das políticas públicas educacionais que pautem a discussão da identidade de gênero que caminhem para areflexão sobre como e quando a pauta sexualidade e diversidade está presente neste campo na perspectiva de que todas as políticas públicas para os LGBTQIA+ são fundamentais para a promoção da diversidade nos sistemas públicos educacionais de Manaus.

Sobre as políticas educacionais no contexto de Manaus, é importante destacar que, em março de 2017, foi aprovada pela Câmara Municipal a Lei nº 439/2017, de autoria do vereador Marcel Alexandre (PMDB), a referida lei proíbe as atividades pedagógicas sobre ideologia de gênero “aplicada à implantação de desenvolvimento de atividades pedagógicas que visem à reprodução do conceito de ideologia de gênero” (Brasil, 2017). Isto traz uma reflexão de que essas legislações presentes nos planos municipais que proíbem assuntos pedagógicos sobre identidade de gênero e sexualidade estão associadas diretamente a fatores religiosos. Neste contexto Noro et al. (2022, p.14), diz que:

O movimento social que toma conta do país sectariza e impõe a aprovação de leis em Estados e Municípios, dando ouvidos em audiências públicas e sessões do Poder Legislativo a pessoas desprovidas de formação acadêmica na área em discussão, alastrando significativamente o desconhecimento e prejudicando a implantação de políticas públicas necessárias e imediatas.

Logo, poderiam estar sendo criadas políticas que fortalecessem a continuidade de avanços sociais, mas na realidade Manaus vive um retrocesso por pressões de grupos religiosos que questionaram as discussões sobre as questões da identidade de gênero, sexualidade e diversidade na escola. A respeito da doutrina religiosa presentes nas escolas de Manaus o entrevistado A2 assinala que:

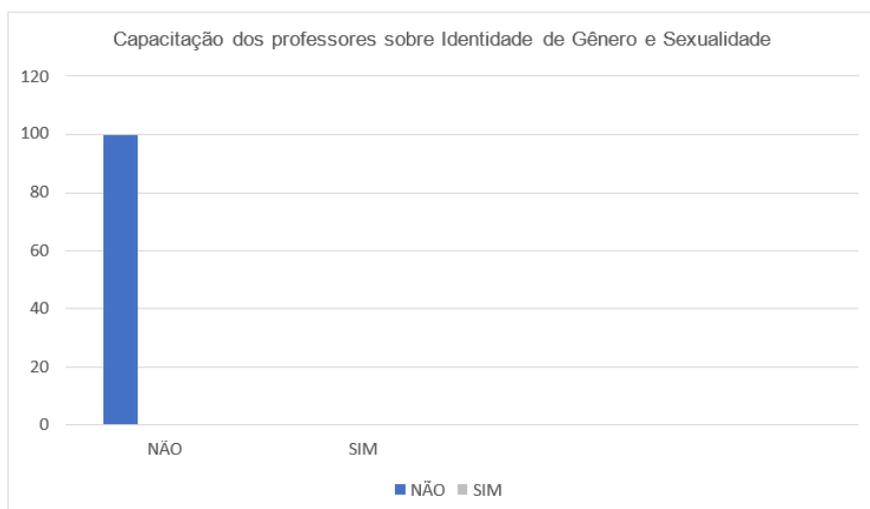
“A cidade de Manaus está cada vez mais evangélica e conservadora, desde os governantes à gestão escolar. Tem muitas igrejas evangélicas em Manaus, dez vezes mais do que escolas. Vou relatar um fato que ocorreu na escola: um dia quando estava entrando na sala de aula presenciei um desentendimento de duas alunas, em um dado momento uma delas disparou “você é filha de macumbeira e não vai para o céu, porque a o espírito do demônio tá na tua casa” foi mais ou menos dessa forma, neste momento eu parei a discussão e perguntei de onde ela tinha tirado essa ideia, ela respondeu que foi a pastora da igreja dela que tinha dito” (Entrevistado, A2).

De acordo com Santos (2016) “a religiosidade é um fator impactante. O pecado proclamado na doutrina cristã não concebe qualquer variação de identidade e gênero”, nela somente é aceita a orientação em função do sexo biológico e, atividade sexual para procriação. Logo, “quem se assume gay, lésbica, travesti e transexual são alvos de punições e escárnio, experimentando a intolerância religiosa e afirmação da homofobia” (Santos, 2016, p. 20).

Segundo a doutrina religiosa, a população LGBTQIA+ é considerada desviante, até mesmo são considerados por estes uma doença mental, “com problemas físicos e psicológicos ou possuídos por demônios”. Para a autora, a religião nega a existência de outras formas de manifestação da sexualidade, de forma que desconhece e desconsidera as experiências históricas devivências da homossexualidade antes e depois da era cristã (Santos, 2016).

Em virtude dos fatos mencionados, foi questionado aos professores colaboradores (Gráfico 2) se eles receberam alguma capacitação sobre identidade de gênero e sexualidade durante toda sua trajetória profissional na rede pública de Manaus, a resposta dos 5 entrevistados foi unânime, afirmaram enfaticamente que “NÃO”, como exposto no Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 - Capacitação dos professores sobre Identidade de Gênero e Sexualidade.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Diante do relato exposto em cada fala dos agentes participantes deste estudo, pode-se dizer que, no passado, da época das formações e ingresso dos professores aos dias atuais, a capacitação desses professores, no que tange aos temas relativos a identidade de gênero e sexualidade, foi negligenciada e, de certo modo, inexistente para os professores que estão atuando na escola alvo desta pesquisa. Segundo Cordeiro e Dos Santos (2022, p.4). “Seja por desconhecimento da abordagem transversal da temática, seja por falta de formação dos e das estudantes de licenciatura, as; os quais se sentem desconfortáveis e despreparados e despreparadas para desenvolver um trabalho pedagógico, principalmente nos primeiros níveis de escolarização.” De acordo como entrevistado A2:

“No meu tempo de escola, as coisas eram bem mais complicadas, esses assuntos nunca apareceram por parte de nenhum gestor ou professor da escola onde eu estudava, na verdade ninguém falava, era um tabu, existia o bullying como existe até hoje, era corriqueiro chamar os meninos gays de boiola, mariquinha entre outras denominações, já as mulheres lésbicas eram chamadas de Maria macho, saboeira, e entre outras. Na atualidade sabemos que o debate vem avançando na sociedade, mas precisar ser implementado na escola, fui aluno e hoje me tornei professora, muitos anos se passaram e a questão de trabalhar a diversidade de gênero na escola ainda não se tornou uma realidade, acho que a escola tem que refletir esse ponto” (Entrevistado, A2).

O interlocutor abre uma discussão com base no marco temporal e as suas perspectivas vividas no sistema educacional. Primeiramente como aluno e posteriormente enquanto professor, o mesmo relata que o debate sobre a diversidade sexual tem avançado na sociedade, todavia, não tem sido implementado na escola e que trabalhar as questões relacionadas a população LGBTQIA+ ainda não é uma realidade no contexto educacional.

Quando os entrevistados foram questionados sobre se trabalham ou não temas relacionados a gênero e sexualidade em suas disciplinas, os mesmos responderam da seguinte forma:

“Quando eu começo a estudar geografia da população eu começo a abordar, falo da emancipação das mulheres, da população LGBTQIA+, dos novos conceitos de família, porque quando a gente inicia o diálogo sobre família, os alunos já tem desenhado na cabeça uma família com um pai e uma mãe. Nunca uma família com mãe solteira, dois pais, duas mães” (Entrevistado, A1).

“Não tem discussão diretamente relacionada ao tema, alguns alunos ou alunas perguntam no primeiro ano quando a gente está falando da antiguidade, (...) eu digo que o termo homofobia não existia naquela época, então não encaixa no período histórico que a gente estuda que é a antiguidade, e que a visão daquela época é diferente da nossa. Eu tento trazer as questões históricas, deixando claro que não é algo novo no mundo, existe desde que o mundo é mundo, só que as visões, a liberdade o espaço que é dado para essas pessoas, cada vez mais tem visibilidade, é o ideal? Claro que não” (Entrevistada, A4).“

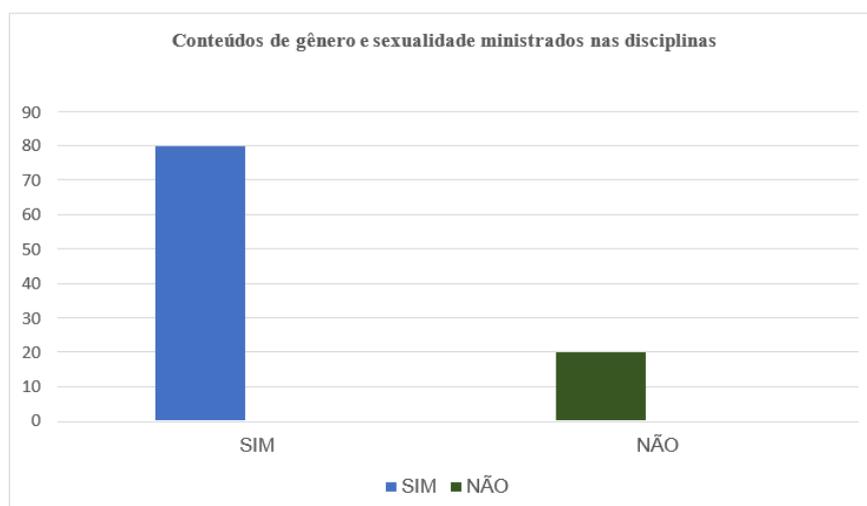
Já trabalhei algumas literaturas a respeito da diversidade sexual em sala de aula, mas não é uma coisa corriqueira, é uma vez ou outra, até porque a gente não tem um material que oriente a gente sobre quais assuntos podem ser abordados em sala de aula, mas tendo de conciliar algumas literaturas, é importante, abrir um pouco a cabeça dos alunos para a temática” (Entrevistado, A3).

É perceptível que os professores, por suas próprias falas, não receberam nenhum material sobre identidade de gênero, sexualidade ou educação sexual, mas que mesmo sem esse aporte necessário para possibilitar o aprofundamento das temáticas no espaço escolar, como mostrado acima alguns professores demonstraram, em seus discursos, mesmo que de forma indireta ou até mesmos superficial, trabalhar a questão identidade de gênero e a da diversidade sexual de algum modo. Assim, segundo Bento et al. (2021, p. 127):

As políticas públicas e decisões do Conselho Nacional de Educação (CNE) seguem na contramão das reais necessidades da população, pois, quando da reformulação do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, optaram, em votação, por suprimir termos como gênero e orientação sexual do documento - influenciados por instituições católicas conservadoras. Trata-se de um documento de grande importância, pois norteia os currículos das escolas de todo o Brasil, tanto na educação infantil como no ensino fundamental, e, ao omitir assuntos tão pertinentes e atuais das habilidades a serem trabalhadas na educação escolar, também aliena os jovens estudantes de conhecimentos necessários para a formação cidadã. A decisão tomada durante o governo do então Presidente da República Michel Temer revelou um grande retrocesso.

Todavia, alguns relataram não se sentem confortáveis em tratar esses conteúdos, para eles são temas complicados de se trabalhar em sala de aula, e que se sentiriam mais confortáveis se dispusessem de uma capacitação para isso (vide: Gráfico 3).

Gráfico 3 - Conteúdos de gênero e sexualidade ministrados nas disciplinas.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Levando em conta as respostas obtidas quanto aos conteúdos de gênero e sexualidade ministrados nas disciplinas, três dos entrevistados responderam que de alguma forma tentam trazer essas temáticas para dentro de suas disciplinas, e dois dos entrevistados relataram que não se sentem seguros e confortáveis para trazer essas questões à sala de aula, ainda mais sem capacitação para tal. Assim demonstrados no gráfico acima (Gráfico 3). A homofobia, sendo uma forma discriminatória que inferioriza, menospreza e constrange os indivíduos, e que é expresso na maioria das vezes por formas cruéis de agressões físicas ou verbais (Junqueira, 2009). Na escola em especial, a população LGBTQIA+ tem sido alvo do preconceito desde muito cedo, experimentando a hostilidade da pedagogia do insulto (Gonçalves, 2021).

Segundo Pessoa *et al.* (2020), a supremacia da lógica heterossexual, faz com que a população LGBTQIA+ sejam menosprezados marginalizados pela sociedade, por se contraporem e não se encaixarem com as ideias heteronormativas, isso tende a deixar marcas profundas a sua subjetividade, sobretudo no que diz respeito a sua percepção sobre si, afetando as suas relações de convívio social, principalmente familiar e educacional. Para Santos (1997), é necessário aceitar o outro e respeitar suas escolhas, assim sendo necessário superar o debate sobre universalismo, bem como o relativismo cultural, a partir da transformação cosmopolita. Desta forma, quando questionados se na escola estadual Vasco Vasques, lócus deste estudo, tem vivenciado práticas mais de respeito a diversidade ou as práticas comuns de e homofobia, os entrevistados A1, A2, A4 relataram que:

“Nas escolas de Manaus, de modo geral, em mais corriqueira, a gente vê a transfobia e homofobia do que o respeito à diversidade. Falta um programa que seja realmente feito pela SEDUC e que seja implementado nas escolas” (Entrevistado, A1).

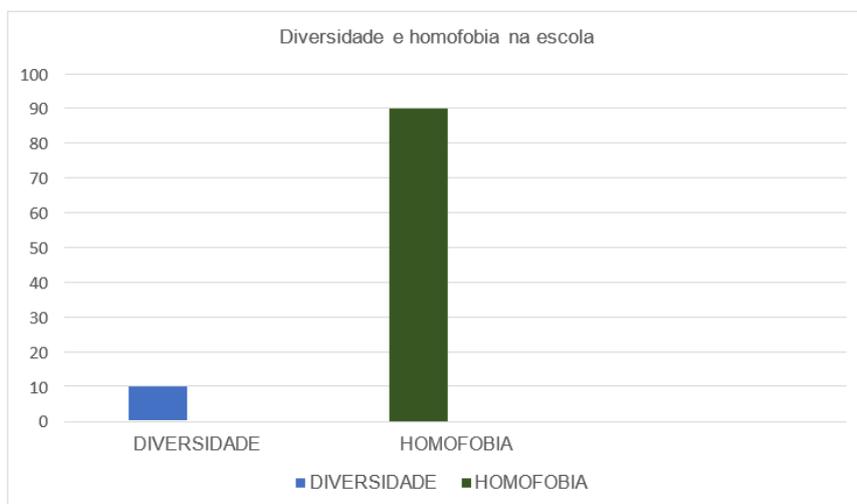
“Existe uma homofobia muito forte dentro da escola, tanto por parte dos alunos quanto dos servidores, só que na maioria das vezes aparece nas brincadeiras de mal gosto, nos comentários maldosos, nos apelidados e até mesmo na violência física, mas na maioria das vezes não é notificado pela coordenação da escola como homofobia” (Entrevistado, A2).

“(…) na escola que eu trabalho pela manhã pública, estadual, não apareceu nos dados estatísticos casos relacionados a transfobia e outras coisas do tipo, então implicitamente a gente sabe que existe o bullying, o preconceito, mas anotado na pedagogia ou a interferência de algo mais forte ou de punição alguma coisa do tipo para quem fez esse ato não tem” (Entrevistada, A4).]

Segundo os relatos acima descritos, o comportamento homofóbico na atualidade é também conhecido como forma de “bullying”, e está presente na escola através dos xingamentos agressivos, brincadeiras de mal gosto, apelidos ofensivos e piadas (Neves, 2020). Essas atitudes afetam o aluno e tem como consequência o fracasso e evasão escolar (Da Silva *et al.*, 2019).

Segundo Cassia *et al.* (2021), a evasão escolar acontece por diversos fatores e um deles é o preconceito contra os estudantes LGBTQIA+. Essa questão vai em consonância com as políticas públicas e com o fato de a escola ser considerada por diversos estudiosos um lugar privilegiado para construção da cidadania, da justiça social e da igualdade. Isso implica o fato de que antes do estudante LGBTQIA+ conhecer a identidade de gênero, é hostilizado por parte dos colegas e alguns educadores, sentindo o sofrimento e violência no âmbito escolar.

Gráfico 4 - Diversidade e homofobia na escola.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Considerando as respostas dos entrevistados sobre a questão de a escola apresentar mais práticas de diversidade ou homofobia, três responderam homofobia (representado no Gráfico 4 pela cor verde), e apenas um se manifestou respondendo que é diversidade (representado pela cor azul).

Nas escolas, a prática da homofobia gera impactos negativos tanto no processo de escolarização das vítimas como na construção de seus projetos de vida, sendo comum a evasão escolar (Farias, 2021). Os professores agentes desta pesquisa quando questionados sobre o que eles consideram necessário para diminuir os índices de homofobia nas escolas do Estado do Amazonas, e os mesmos trouxeram mais uma vez a importância da capacitação:

“É importante criar um programa específico para tratar das questões de gênero e sexualidade, um programa que realmente fosse implementado na prática, que não ficasse só no papel, portanto teria que ter um programa de políticas públicas voltado para atender a comunidade LGBTQIA+ no estado Amazonas” (Entrevistado A1).

Junta-se a falta de capacitação com a falta de políticas educacionais, entre elas a reformulação de propostas curriculares incluindo questões da identidade de gênero e sexualidade. A não reformulação do currículo escolar torna a aprendizagem uma prática focada em conteúdo de disciplinas específicas, não coloca em pauta demandas presentes na sociedade e realidade escolar. Neste sentido, a escola deveser um local heterogêneo, em reflexo da sociedade com suas diversidades regionais, culturas, sociais, sexual, étnica, religiosas, etc. Proporcionando um lugar de direitos onde todas as identidades sejam tratadas com respeito e igualdade.

4. Considerações Finais

A trajetória da diversidade sexual no contexto das políticas de educação no país, assim, tornando-se necessário fazer uma avaliação das políticas públicas educacionais que pautem a discussão da identidade de gênero que caminhem para a reflexão sobre como e quando a pauta da sexualidade e diversidade está presente neste campo. Sendo assim, tornou-se premente a compreensão dos avanços e retrocessos destas políticas ao longo da história do Brasil. Destacou-se, neste contexto, os governos de esquerda como marcados pela inserção da diversidade sexual no contexto da educação, porque foi justamente nesse período que o tema adentrou na agenda das políticas educacionais, com maior participação da sociedade civil. Logo, pode-se concluir que todas as políticas públicas presentes no plano federal são fundamentais para a promoção da diversidade no sistema educacionais.

Neste particular, conclui-se que os professores revelaram as dificuldades de colocar em prática as políticas de inclusão dos LGBTQIA+ dentro do contexto escolar, restando claro, em suas falas, que o sistema educacional do estado do Amazonas padece de capacitação e informações sobre as formas de debater os assuntos relacionados a identidade de gênero e sexualidade no ambiente escolar, sem se deparar com conflitos, principalmente vindo do núcleo familiar dos alunos.

Considerando as respostas obtidas quanto à formação dos professores, está registrada a dificuldade de capacitação ou mesmo formação continuada para tratar sobre identidade de gênero e diversidade sexual no ambiente escolar, segundo a maioria dos professores. Entretanto, mesmo sem esse aporte necessário para possibilitar o aprofundamento das temáticas no espaço escolar, alguns professores demonstram trabalhar a questão identidade de gênero e a da diversidade sexual de algum modo, mantendo assim a inclusão dos alunos. Todavia, alguns relataram não se sentir confortável em tratar esses conteúdos, para eles são temas complicados de se trabalhar em sala de aula, e que se sentiriam mais confortáveis se dispusessem de uma capacitação para isso.

Todos os professores acreditam que a escola contribui para diminuir as ações discriminatórias e a homofobia no espaço escolar. Para eles, o comportamento homofóbico na atualidade é também conhecido como forma de “bullying”, e está presente na escola através dos xingamentos agressivos, brincadeiras de mal gosto, apelidos ofensivos e piadas, essas atitudes afetam o aluno e tem como consequência fracasso e evasão escolar.

Assim, que esta pesquisa trouxe importantes sinais reflexivos sobre o tema, na perspectiva da análise das narrativas dos professores colaboradores numa abordagem que envolva as questões de identidade de gênero e diversidade sexual na vivência escolar, apresentando suas ações, através de suas narrativas (entrevistas) como também através do referencial teórico que embasou toda essa pesquisa.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o estudo foi realizado de forma satisfatória, abrindo margens para discussões futuras. Pode-se, ademais, destacar que as questões que envolvem temática não estão solucionadas, mas tem-se a certeza da importância da pesquisa acerca da ampliação do debate sobre o assunto, além da configuração de um instrumento relevante de divulgação do conhecimento científico.

Assim, este artigo é apenas um esboço que poderá contribuir para novos estudos neste segmento, desta maneira, sugere-se para as novas pesquisas, que busquem analisar a escola e seus desafios de garantir aos agentes que dela participam seus direitos, compreendendo como um espaço de diversidade, bem como respeitando a heterogeneidade e a individualidade de cada pessoa presente no âmbito escolar.

Referências

- Brasil. (2017). Projeto de Lei do Senado n° 439, <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias//materia/131543#:~:text=Projeto%20de%20Lei%20do%20Senado%20n%C2%B0%20439%2C%20de%202017&text=Ementa%3A,modelos%20para%20fins%20de%20publicidade>.
- Bento da C., V., Guimarães M., J., & Silveira Costa, L. (2021). Gênero e Sexualidade nas Políticas Públicas Educacionais: Propostas Pedagógicas e Motivações Políticas Nas Decisões Legislativas. *Iniciação Científica Cesumar*, 23(1).
- Cássia da R. R. D. et al. (2021). Evasão escolar no ensino médio no município de Bandeirantes do Tocantins-Tocantins (Master's thesis, São Paulo, Brasil: FLACSO Sede Brasil).
- Cêa, G. S. D. S., & Santos, R. S. D. (2021). Fundamentos e condicionantes da polêmica em torno do Kit de Combate à Homofobia: das sombras da caverna à luta por hegemonia. *Jornal de Políticas Educacionais*, 15.
- Cordeiro, T. L., & dos Santos, E. G. (2022). Formação de Professoras e Professores de Ciências da Natureza e as Questões de Gênero e Sexualidade. *Revista Prática Docente*, 7(3), e22079-e22079.
- Da Silva, G. P., Silva, G. P., Fernandes, R. M., & Junior, J. G. M. (2019). Bullying e violência no ambiente escolar: uma revisão de literatura no período de 2015-2019. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 11(13), e860-e860.
- De Jesus, L. D., & da Silva, C. R. (2023). Direito/educação/educação sexual em uma reflexão teórica sobre os filhos/as de famílias homoparentais na escola. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 15(10), 10047-10067.

- De Medeiros, C. R. C., & de Oliveira, F. C. (2021). *Sexualidade e Educação: Uma Experiência Exitosa nas Aulas de Sociologia no Ensino Médio da Erem Comendador Manoel Caetano De Brito-PE*.
- Farias, R. S. (2021). Fracasso escolar e homofobia no contexto da escola pública: Fracasso escolar y homofobia en el contexto de la escuela pública. *Revista Cocar*, 15(32).
- Fraser, N. (2006). Da Redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era "Pós-socialista". *Cadernos de Campo*, 14(15),13-82.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4. ed.). Atlas.
- Gonçalves, A. C. (2021). *Ser LGBTQIA+ no ambiente escolar: a experiência de escolas públicas do Cariri Ocidental Paraibano*.
- Junqueira, R. D. (2009). *Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos*. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO
- Lopes, B. G., & Moresco, M. C. (2022). Gênero e sexualidade no ambiente escolar: o papel docente e alguns apontamentos pedagógicos. *Dialogia*, (41), e22473-e22473.
- Neves, F. D. J. (2020). *Bullying e homofobia no contexto escolar: concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio no Mato Grosso do Sul*.
- Noro, D., Nóbile, M. F., & de Souza, D. O. G. (2022). Discussões relacionadas a gênero nos planos de educação: um olhar sobre o respeito à orientação sexual e à identidade de gênero: Discussions related to gender in the education planning: a look at respect for sexual orientation and gender identity. *Europub Journal of Education Research*, 3(1), 2-15.
- Pereira, D. S. (2021). *Violência Contra LGBT,s em Manaus: Resistência e Enfrentamento*. Manaus. EDUA.
- Pessoa, B. G. F.; Ferreira, J. C. S. C.; Sousa J, P. de T. X.; Monte, L. M. I. do; Lando, G. A.; Nascimento, E. F. do; & Oliveira, M. R. de. (2020). The executioner's hand: the mental health impact of the LGBT + population after the 2018 election period in Brazil. *Research, Society and Development*, 9(6), e193963168. 10.33448/rsd-v9i6.3168.
- Santos, M.B. A. (2016). *Impactos da homofobia no acesso e permanência na escola*.
- Santos, B. de S. (1997). Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v 39.
- Taylor, C. (1998). (Org.). *Multiculturalismo: Examinando a Política de Reconhecimento*. Instituto Piaget.